



Academia Portuguesa  
da História



# ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FILATELIA

## 100 Anos da Grande Guerra 1914-1918





**2** **ABERTURA**  
A Primeira Grande Guerra (1914-1918)  
Evocação no Centenário do Armistício  
de 11 de Novembro de 1918  
*Manuela Mendonça*

**3** *Armando Alberto Martins*  
*Pedro Marçal Vaz Pereira*

**4** **CARIMBOS – Imagens**  
Armistício da Grande Guerra  
– 100 anos

**5** **PROGRAMA**  
Primeira Grande Guerra (1914-1918)  
Evocação no centenário do armistício  
de 11 de Novembro de 1918

**6** **ARTIGOS**  
O recrutamento e a mobilização em Por-  
tugal para a Grande Guerra (1914-1918)  
*Alexandre Sousa Pinto*

**14** Prisioneiros portugueses na Grande  
Guerra de 1914-1918  
*Armando Martins*

**20** Os serviços veterinários no corpo expe-  
dicionário português  
*José Oom do Vale Henriques*

**27** Um “retrato” do Corpo Expedicionário  
Português (CEP)  
*António Pedro Vicente*

**35** A caminho das trincheiras: A entrada  
de Portugal na Grande Guerra  
*Nuno Severiano Teixeira*

## FICHA TÉCNICA

### EDITORES:

Academia Portuguesa da História  
Federação Portuguesa de Filatelia

### MENSAGENS:

Manuela Mendonça  
Armando Martins  
Pedro Marçal Vaz Pereira

### ARTIGOS:

Alexandre de Sousa Pinto

Armando Martins  
José Vale Henriques  
Pedro Vicente  
Severiano Teixeira

### IMAGENS:

Federação Portuguesa de Filatelia

### COORDENADORES DA PUBLICAÇÃO:

Armando Martins  
Pedro Marçal Vaz Pereira

# A Primeira Grande Guerra (1914-1918)

## Evocação no Centenário do Armistício de 11 de Novembro de 1918

**Q**uando, a 8 de Dezembro de 1720, D. João V criava a *Real Academia da História Portuguesa*, afirmava esperar que do seu posterior trabalho resultasse “... huma Historia tão util, conservando-se as acções tão dignas de memoria, que nestes Reynos se tem obrado...”. E a actividade da nova Instituição não defraudou as expectativas do monarca, nem durante os anos da sua actividade mais pujante, nem depois de restaurada como Academia Portuguesa da História, “visando a permanente valorização e conhecimento do passado histórico português, com critério de isenção, mas sempre cultivando a importância da identificação de um povo com a gesta dos seus antepassados”. Esse objectivo cumpre-se no trabalho do quotidiano, quer por iniciativa própria, quer aceitando sugestões e colaborações.

Aliando o desafio da Federação Portuguesa de Filatelia à importância do debate para melhor conhecimento da participação portuguesa na Guerra de 1914-18, considerou o Conselho Académico ser oportuno oferecer duas jornadas de trabalho sobre o tema, perspectivando desde já o significado do Armistício, assinado há precisamente um século – 11 de Novembro de 1918! Ao conjunto de conferências anunciado se junta a exposição de “um conjunto notável de peças, que imortalizaram a nossa presença nos teatros de guerra europeus e africanos”, que certamente muito ajudará a reconstituir, não apenas as vivências, mas também o sentir de quantos se viram, directa ou indirectamente, envolvidos no conflito. E, marcando o acto num testemunho futuro, é relevante a emissão do carimbo dos CTT evocativo da Grande Guerra.

Deste modo o passado histórico se fará presente e cada um de nós se poderá identificar com a gesta de um povo anónimo que “vestiu heroísmo” na defesa dos interesses oficiais do momento, mas sempre cumprindo os inalienáveis desígnios de Portugal.

**Manuela Mendonça**

Presidente da APH

**A** cultura de um país, é a alma e o coração das nações do mundo. Tudo o resto passa, tudo o resto esquece. Portugal velha nação, tem na sua história e na sua cultura, os pilares do nosso passado e a razão do nosso presente e futuro.

A História de Portugal molda o nosso crer, as nossas vontades e espelha o ser de um povo, que nunca se rendeu, que sempre soube reagir ao infortúnio, à desdita e às venturas e desventuras de um passado glorioso.

Há 100 anos, as nossas tropas faziam parte do fim de uma guerra, uma guerra que não era a dos nossos jovens, muitos deles saídos das aldeias da nossa terra e onde o mar era uma visão suprema do mundo, que eles imaginavam, mas nunca tinham visto.

Embarcavam em enormes barcos, para a aventura em terras desconhecidas, batiam-se e sofriam pela Pátria amada, numa terra que não era a deles, mas onde faziam a história do seu país e do mundo.

Participaram num dos conflitos mais tenebrosos e mortais, que até aí se tinham desenrolado. Defenderam a terra europeia da tirania e a terra africana, da velha vontade germânica de com ela ficar, sem nada dar.

Bateram-se como bravos, morreram como heróis, escreveram uma das páginas mais brilhantes do nosso Portugal, atrasado, rural, mas orgulhoso da sua cultura, do seu passado, da necessidade de se afirmar na Europa, no Mundo, como República, numa nação velha de monarquia e nova de ideias e ideais.

Passaram 100 anos e cabe-nos a nós, mais novos, celebrarmos o passado, a história, a cultura, a vontade de um povo, que das fraquezas, faz as suas grandezas.

Não podia a Academia Portuguesa da História, com a colaboração da Federação Portuguesa de Filatelia, deixar passar este momento histórico, sem celebrar condignamente, o nosso soldado, o português, que soube dar o que não tinha, com orgulho e galhardia, de servir a Pátria e a história deste pequeno país, sito no fim da Europa e donde várias vezes partimos e voltámos, cobertos de glória ou sofrimento.

Para tal foi decido organizar estas duas sessões evocativas da Grande Guerra de 1914-1918, onde serão apresentadas um conjunto notável de peças, que imortalizaram a nossa presença nos teatros de guerra europeus e africanos, e onde garantimos a nossa soberania e o nosso orgulho de sermos portugueses e vencedores.

**Armando Alberto Martins**  
Académico de Número (nº18)  
da Academia Portuguesa da História

**Pedro Marçal Vaz Pereira**  
Académico Honorário  
da Academia Portuguesa da História  
Presidente da Federação Portuguesa  
de Filatelia



# Armistício da Grande Guerra 100 Anos



*Emissão comemorativa emitida pelos CTT Correios de Portugal*



*Sobrescrito da Conferência de paz com o lacre AC – Afonso Costa*

# A Primeira Grande Guerra 1914-1918

Evocação no centenário do armistício de 11 de Novembro de 1918

Academia Portuguesa da História  
com a colaboração da Federação Portuguesa de Filatelia



10 e 17 de Outubro de 2018

## EXPOSIÇÃO E CICLO DE PALESTRAS

### ■ 10 DE OUTUBRO DE 2018 – Quarta Feira

Na sala de Exposições da APH:

**14h30m** INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO SOBRE A GUERRA E CATÁLOGO

- **Eduardo e Luís Barreiros**  
*Correspondência da Grande Guerra*
- **Pedro Marçal Vaz Pereira**  
*Portugal na Grande Guerra*

CATÁLOGO, com a colaboração dos Académicos Manuela Mendonça, Armando Martins, Pedro Vaz Pereira, Alexandre Sousa Pinto, Nuno Severiano Teixeira, Pedro Vicente e José Vale Henriques.

Na sala de conferências da APH:

**15h00m** Emissão do carimbo dos CTT evocativo da Grande Guerra, sob proposta da Academia Portuguesa da História

**15h15m** A PRIMEIRA GRANDE GUERRA  
Académico **António Ventura**

**15h45m** O FADO NAS TRINCHEIRAS DOS PORTUGUESES  
Académico **Rui Vieira Nery**

### ■ 17 DE OUTUBRO DE 2018 – Quarta Feira

**15h00m** PORTUGAL NA 1ª GUERRA MUNDIAL  
Drs. **Eduardo e Luís Barreiros** – Federação Portuguesa de Filatelia

**15h30m** FOTOGRAFIA E FOTÓGRAFOS NA GUERRA  
Académico **António Pedro Vicente**

Encerramento pela Sra. Professora Doutora Manuela Mendonça, ilustre Presidente da Academia Portuguesa da História.

# O recrutamento e a mobilização em Portugal para a Grande Guerra (1914-1918)

Alexandre Sousa Pinto

## O RECRUTAMENTO

A Grande Guerra veio encontrar Portugal numa situação complexa de instabilidade política resultante da recente alteração do regime monárquico para um regime republicano ainda pouco seguro de si próprio e sem grande crédito no seio da Europa.

O Governo português tinha, logo em 1911<sup>1</sup>, provocado uma autêntica revolução no serviço militar ao alterar a lei do recrutamento militar de 1896 com as alterações de 1901, em que aquele constituía uma obrigação dos cidadãos que, durante três anos, contribuíam para a formação de um exército permanente e profissional. O grande responsável pela reforma do Exército de 1911 foi o então capitão do Estado-Maior João Pereira Bastos, reforma que tentava seguir de perto o modelo suíço que se baseava no conceito de nação em armas. O núcleo permanente de forças ficava reduzido ao essencial para garantir a instrução dos novos recrutas e a manutenção das instalações e equipamentos. A redução do tempo de serviço nas fileiras afectava o menos possível a economia nacional e as escolas de repetição possibilitavam manter o treino dos soldados por sete anos consecutivos e aperfeiçoava a máquina da mobilização. A instrução militar iniciava-se antes da incorporação nas fileiras, através de uma Instrução Militar Preparatória

<sup>1</sup> Cf. FRAGA, «Portugal na Grande Guerra. O Recrutamento, a Mobilização e o "Roulement" nas Frentes de Combate. Factos e Números», *Actas do VII Colóquio de História Militar – O Recrutamento Militar em Portugal*, CPHM, 1996, pp. 97-135, por decreto de 2 de Março publicado na OE nº 5 – 1ª série – de 6-III-1911, pp. 143-174.



Portugal entra na Grande Guerra em 1916, depois de dois anos de hesitações devido às convulsões políticas da 1ª República e tendo como um dos objectivos a preservação das nossas colónias

iniciada aos 17 anos para todos os cidadãos válidos do sexo masculino. O Exército passava a compreender tropas activas, de reserva e territoriais: as primeiras, constituídas por pessoal permanente e os recrutados pertencentes aos contingentes activos dos últimos dez anos; as tropas de reserva eram as que, uma vez passados os dez anos na actividade, transitavam automaticamente para a nova situação onde se mantinham outros dez anos, findos os quais passavam às tropas territo-



riais até atingirem os quarenta e cinco anos de idade.

Este sistema, legislado em 1911, iniciou-se em 1912 baseado em cinco pilares principais: na impossibilidade da remissão a dinheiro do serviço militar obrigatório; na substancial redução do tempo de serviço militar; na alteração dos conceitos de reserva; no estabelecimento de períodos de preparação militar obrigatórios; e no desaparecimento da noção de exército profissional para dar lugar à de exército miliciano.

Tratava-se de uma autêntica revolução sistémica relativamente ao que se praticava na monarquia. Implicava uma mudança radical de mentalidade que não é susceptível de ser imposta por decreto. Era necessário tempo para ver os resultados mas tempo foi exactamente o que faltou. A Grande Guerra em 1914 rebenta quando tudo estava ainda pouco ou nada cimentado.

Para Portugal, a participação na guerra tinha como finalidades o cumprimento de objectivos de política externa – valorizar o regime internacionalmente – e de política interna – defesa das colónias e agregar ao regime os ainda indecisos.



*Em 1917 os portugueses partiram para a Flandres para integrar as tropas aliadas contra os alemães*

Sendo facto que formalmente a guerra entre Portugal e a Alemanha só foi declarada em 1916, logo em 1914 foi absolutamente necessário mobilizar para África forças consideráveis, reconhecendo-se como imperioso guarnecer militarmente as duas principais colónias africanas – Angola e Moçambique – que tinham fronteira com territórios alemães, conhecidas que eram em Portugal as ambições

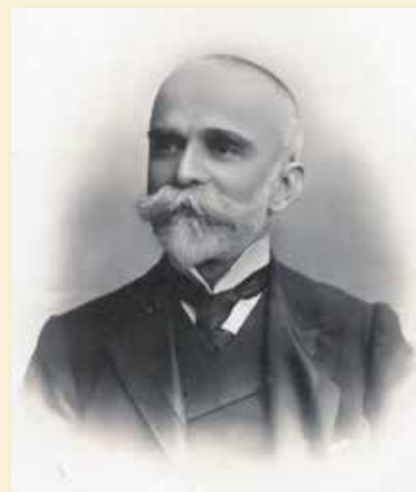
coloniais germânicas e os acordos anteriormente feitos sobre elas com a nossa aliada britânica.



*Embarque de tropas para Angola*

A mobilização de oficiais e sargentos, por decreto de 25-XI-1914, far-se-ia por antiguidade – dos mais modernos para os mais antigos – dentro da unidade mobilizadora e a das praças fazia-se em primeiro lugar pelas que pertenciam ao quadro permanente, seguindo-se as que já haviam sido licenciadas, começando pelas classes mais modernas.

## A MOBILIZAÇÃO PARA ÁFRICA



*Bernardino Machado era o chefe do governo a quem competiu decretar a mobilização em Agosto de 1914*

Logo em 18 de Agosto de 1914 o governo, então chefiado por Bernardino Machado, decreta a mobilização de dois destacamentos mistos, um para cada uma daquelas colónias, para guarnecer as fronteiras sul de



Regimento de Artilharia de Montanha foi destacado em 1914 para Moçambique



A Expedição a Moçambique em 1916



O Regimento de Infantaria nº 24 10ª Companhia em Moçambique no ano de 1917

Angola e norte de Moçambique. Os efectivos mobilizados foram respectivamente de 1.525 homens para Angola sob o comando do TCor Alves Roçadas e de 1.477 para Moçambique comandados pelo TCor Massano de Amorim, basicamente constituídos por tropas de Artilharia de Montanha, Cavalaria, Infantaria e Metralhadoras, seguindo para Angola 1,6% de oficiais, 14,8% de Artilharia, 12,4% de Cavalaria, 68% de Infantaria, 2,9% de Metralhadoras e 0,3% do Serviço de Saúde e de Administra-

ção, tendo seguido para Moçambique 1,6% de oficiais, 15% de Artilharia, 12,8% de Cavalaria, 70,3% de Infantaria e 0,3% do Serviço de Saúde e de Administração não tendo integrado o destacamento tropas de Metralhadoras. A mobilização fez-se, em primeiro lugar, nas praças do contingente permanente das subunidades mobilizadoras e, na falta destas, nas praças já licenciadas que se oferecessem para comissão de serviço. Foram unidades mobilizadoras o Regimento de Infantaria (RI) 14, o RI15, o Regimento de Cavalaria (RC) 9, o RC10, os Regimentos de Artilharia de Montanha (RAM) de Viana do Castelo e de Évora e o 1º Grupo de Metralhadoras (GMetr).

Em 11-XI-1914, face à sublevação de populações do sul de Angola, é mobilizado outro destacamento para reforço do primeiro. A força foi constituída por dois Batalhões de Infantaria, um Esquadrão de Cavalaria, duas Baterias de Artilharia de Montanha e duas Baterias de Metralhadoras, com um efectivo de 2.803 homens, sendo 2.080 de Infantaria, 436 de Artilharia, 189 de Cavalaria, 94 de Metralhadoras e 4 do Serviço de Saúde.



Expedição ao Sul de Angola – Infantaria 18 – 9ª Companhia. Postal enviado por um soldado em Março de 1916



As operações no sul de Angola obrigaram à mobilização de um terceiro destacamento constituído por dois Batalhões de Infantaria duas Companhias de Infantaria, dois Esquadrões de Cavalaria, cinco Baterias de Artilharia de Campanha e cinco Baterias de Metralhadoras, num total de 4.318 homens sendo 2.591 de Infantaria, 1080 de Artilharia, 382 de Cavalaria, 255 de Metralhadoras e 10 reservas.

Em 1915 torna-se necessário render os destacamentos iniciais já com um ano de permanência no Ultramar. Para Angola mobilizaram-se 1.789 homens, sendo 964 de Infantaria, 812 de Artilharia e Metralhadoras e 13 de Engenharia e Serviço de Saúde; para Moçambique marcharam 1.545 homens, sendo 1.084 de Infantaria e Metralhadoras, 221 de Artilharia de Montanha, 189 de Cavalaria, 21 de Engenharia, 26 de Administração Militar e 2 do Serviço de Saúde.



*Expedição ao Sul de Angola em 1915, ano em que são rendidos os destacamentos enviados anteriormente*

O esforço de mobilização para as colónias feito logo no início da guerra atinge cerca de 10.000 homens e vai empobrecer qualitativa e quantitativamente o exército metropolitano.

A partir de 1916, com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal e com alguma pacificação verificada no sul de Angola, o esforço vai passar para Moçambique. Até ao final do conflito, para Angola já só serão mobilizados mais 1.919 homens, tendo o TCor Roçadas sido substituído no comando pelo Gen Pereira d'Eça. No entanto, para Moçambi-

que, por decreto de 25-V-1916, mobilizam-se 4.642 homens, comandados pelo Gen Ferreira Gil, constituindo uma força de três Batalhões de Infantaria, três Baterias de Metralhadoras, três Baterias de Artilharia de Montanha, uma Companhia mista de Engenharia e diverso pessoal do Serviço de Saúde, do Serviço de Administração Militar e do Serviço de Transportes. O QG dispunha de 119 militares, a Infantaria de 3.264, a Artilharia de 665, a



*Em 1916 são enviadas tropas para Moçambique para combater os alemães, com que estávamos em guerra*



*Tropas portuguesas a embarcar para Moçambique*



*Foram enviadas 3 baterias de metralhadoras, entre elas a 3ª Bateria do 1º Grupo de Metralhadoras*

Engenharia de 323 e os diferentes Serviços de 271. Até ao final da guerra, em Novembro de 1918, seguiram para Moçambique 11.774 militares do Exército, que se juntaram aos que, nos respectivos territórios, foram recrutados e mobilizados constituindo batalhões e companhias indígenas que, em Moçambique, atingiram 10.278 praças enquadrados por 682 graduados europeus e 303 oficiais.



O material postal da Expedição a Moçambique era censurado pelas autoridades militares, tanto à saída como à chegada

A estes devem acrescentar-se os militares da Armada, que mobilizou para Angola um Batalhão de Marinha a duas Companhias (batalhão este que mereceu do Gen Pereira d'Eça a referência de o julgar merecedor de especial menção mostrando ser uma unidade de elite cuja têmpera se definia por ser o mais resistente nas marchas e o mais esforçado nos combates) e para Moçambique um outro Batalhão de Marinha a três Companhias e uma Bateria



Em 1914 já se encontrava em Angola um Batalhão de Marinha

de seis metralhadoras, para além das guarnições do cruzador «Adamastor», da canhoneira «Chaimite», dos vapores «Luabo», «Pebane» e «Pungué» e das lanchas canhoneiras «Salvador», «Sena» e «Tete».



O cruzador Adamastor encontrava-se em Moçambique a participar na guerra contra os alemães

Há ainda que ter em atenção a obrigatoriedade de as forças em campanha em África necessitarem de auxiliares para guias e carregadores em número muito elevado verificando-se até que os fornecemos em Moçambique para forças britânicas totalizando cerca de 100.000 homens que, acompanhando as operações, também sofriam as consequências das acções do inimigo.

Antes do envio de tropas para França, entre Agosto de 1914 e Maio de 1916, mobilizaram-se para África 18.099 homens, esforço de mobilização notável se tivermos em conta que se viviam ainda os primeiros tempos de uma reforma profundíssima. Se analisarmos a totalidade da mobilização para África entre 1914 e 1918 chega-se a um total de 31.792 homens.

A estes há que acrescentar os africanos que, com os metropolitanos, foram mobilizados e, ainda, os militares da Armada, totalizando um número idêntico aos que foram mobilizados para a Flandres, cerca de 50.000.

As perdas portuguesas em África cifram-se em 810 mortos (706 por doença – 87%), 311 feridos e 372 incapazes no teatro de Angola e 4.811 mortos (2.173 por doença – 45%), 301 feridos e 1.283 incapazes no teatro de Moçambique, totalizando as baixas portuguesas em África 7.888 homens.



## A MOBILIZAÇÃO PARA A EUROPA

Ainda antes do final de 1914, em consequência do pedido de apoio em peças de Artilharia apresentado a Portugal pela França, foi decidido organizar uma Divisão Auxiliar para a frente ocidental europeia, cuja mobilização foi feita à custa das 1ª e 7ª Divisões Militares – Lisboa e Tomar – sendo nomeado o Gen Jaime Leitão para o seu comando tendo como Chefe do Estado-Maior o Maj CEM Roberto da Cunha Baptista, implicando a mobilização de 22.461 homens dos quais 720 oficiais. Dificuldades técnicas de várias ordens foram protelando a sua organização até que o governo de Pimenta de Castro entendeu, por razões políticas, pôr-lhe cobro.



*O exército português encontrava-se em Tancos a ser treinado para a guerra*

No final de 1916 o Corpo Expedicionário Português (CEP) estava programado para ser constituído por uma Divisão reforçada, com 39.585 homens dos quais 1.551 seriam oficiais, organizada com três Brigadas de Infantaria a dois Regimentos de três Batalhões, quatro Grupos de metralhadoras pesadas, quatro Grupos de Baterias de tiro tenso, três Grupos de Baterias de tiro curvo, seis Baterias de morteiros ligeiros de trincheira, três Baterias de morteiros médios de trincheira e o apoio necessário, totalizando 33.880 homens a que é preciso somar os 5.705 que constituiriam a 2ª linha que seria o primeiro centro de recrutamento de baixas.

Já na Flandres, o Gen Tamagnini, comandante do CEP, propôs a sua reorganização em moldes semelhantes aos das unidades britâni-

Q. G.		C. E. P.		1-8-917	
1.º D.		Ordem de Batalha			
Q. G. D. I.					
1.ª Brigada de Infantaria	Q. G. 1.ª Brig. de Infantaria				
	1.º Batalhão	.....	I	33	
	2.º Batalhão	.....	I	23	
	3.º Batalhão	.....	I	34	
	4.º Batalhão	.....	I	28	
2.ª Brigada de Infantaria	Q. G. 2.ª Brig. de Infantaria				
	1.º Batalhão	.....	I	24	
	2.º Batalhão	.....	I	23	
	3.º Batalhão	.....	I	35	
	4.º Batalhão	.....	I	7	
3.ª Brigada de Infantaria	Q. G. 3.ª Brig. de Infantaria				
	1.º Batalhão	.....	I	14	
	2.º Batalhão	.....	I	9	
	3.º Batalhão	.....	I	12	
	4.º Batalhão	.....	I	15	

*Organização do CEP em Agosto de 1917*



*Em 1917 o CEP-Corpo Expedicionário Português partiu para a Flandres, sendo constituído por uma divisão com 39.585 homens*

cas com quem trabalhávamos e que se articulavam em Exércitos, coordenadores dos Corpos de Exército a três Divisões de três Brigadas a quatro Batalhões. A proposta de Tamagnini implicava acrescentar um Batalhão a cada Regimento, extinguir estes e, assim, criar duas Divisões a três Brigadas, passando a constituir um Corpo de Exército desfalcado de uma Divisão, de Artilharia Pesada e de Aviação, de que ele, Tamagnini, seria o comandante ficando dependente apenas do comandante de um Exército britânico. Esta proposta foi autorizada tornando-se necessário mobilizar mais seis Batalhões, aumentando os efectivos em 13.987 homens, ficando o CEP com um total de 53.572 militares.

Para além do CEP foi ainda enviado para França um Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) organizado a três Grupos Mistos de Artilharia a três Baterias cada (de



O General Tamagnini, à direita, era o comandante do Corpo Expedicionário Português e Douglas Haig o comandante do Comando Superior Britânico sob cujas ordens estavam as tropas portuguesas



O Corpo de Artilharia Pesada integrava as tropas portuguesas em 1917 destacadas na Flandres



Partida da 1ª Expedição Portuguesa para África

320, 240 e 190 mm) a primeira com alcances de 20 Km e as outras de 15 Km e com uma Bateria de Depósito, sob o comando inicial do Cor João Homem Teles e, posterior, a partir de 18-II-1918, do Cor Tristão da Câmara Pestana, com 70 oficiais, 125 sargentos e 1.444 praças totalizando 1.639 homens.



Grupo de artilheiros a carregar as suas armas

Efectivamente tivemos em França 55.211 homens e mulheres (se tivermos em conta as 53 enfermeiras da Cruz Vermelha) dos quais 3.429 oficiais, 3.051 sargentos, 5.398 cabos, 43.260 soldados e 26 enfermeiros da Cruz Vermelha. Se do número de oficiais excluirmos os civis equiparados e o pessoal da Cruz Vermelha, temos um total de 3.276, dos quais 1.138 eram milicianos (34%) e 2.138 do quadro permanente. Verificou-se uma grande preocupação com a notória falta de médicos e de graduados de baixa patente.

De todos estes militares morreram 2.086, foram feridos 5.224, ficaram prisioneiros 7.234, sendo considerados desaparecidos 234, totalizando 14.778 baixas.

## CONCLUSÕES

As leis da República para o recrutamento e para a mobilização não chegaram nunca a ser completamente implementadas tendo, nomeadamente na fase inicial do conflito, sido mobilizados indivíduos cujo serviço militar ocorrera ainda de acordo com a legislação monárquica.

É conveniente lembrar que os números que apresentamos são retirados de documentos oficiais, mas há outros em que se encontram divergências sem que estas, no entanto, constituam variações de monta.

Portugal mobilizou para a Grande Guerra de 1914-1918 cerca de 100.000 homens o que corresponde à mobilização de 1,7% de uma população que, em 1911, rondava os 6.000.000 de indivíduos, entre homens, mulheres e crian-



ças. Nestes números não estão incluídos os milhares de contratados em África para acompanharem as operações como carregadores e que é impossível quantificar com um mínimo de exactidão.

Nos três teatros de operações as forças portuguesas sofreram 7.707 mortos, 5.836 feridos, 1.655 incapazes, 7.234 prisioneiros e 234 foram considerados desaparecidos, o que perfaz um total de baixas de 23,2%.



*Tropas portuguesas mobilizadas para a Grande Guerra*

*Tropas portuguesas desfilando em Paris no final da Grande Guerra*



## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos – *Portugal e a Grande Guerra*, Diário de Notícias, Lisboa, 2003.

FRAGA, Luís Alves de – *Portugal e a Primeira Grande Guerra*, Lisboa, 1990.

FRAGA, Luís Alves de – «Portugal na Grande Guerra. O Recrutamento, a Mobilização e o “Roulement” nas Frentes de Combate. Factos e Números», *O Recrutamento Militar em Portugal. Actas do VII Colóquio de História Militar*, CPHM, Lisboa, 1996.

FRAGA, Luís Alves de – *O Fim da Ambiguidade*, 2ª Edição, Lisboa, 2012.

FRAGA, Luís Alves de e SAMARA, Maria Alice – *João Pereira Bastos. O Sonho de um Exército Republicano*, Assembleia da República, Lisboa, 2014.

MARTINS, Gen Ferreira – *Portugal na Grande Guerra*, Ática, Lisboa, 1934-1936.

PEREIRA, José António Rodrigues – «A Marinha na Grande Guerra – O Teatro de Operações de África», *Revista Militar* nº 5/2014, Lisboa, 2014.

PINTO, Alexandre de Sousa – «O Exército Português e a Grande Guerra», *Revista Militar* nº 2/3 de 2017.

# Prisioneiros portugueses na Grande Guerra de 1914-1918

**Armando Martins**

«Chegou o dia da boa nova da nossa partida daqui, da nossa libertação»!

(Francisco de Barros, *carta para sua mulher, enviada do campo de Breesen*, 24.12.1918)

O tema da participação de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918 foi, durante muito tempo, quase esquecido pela historiografia portuguesa depois de passados os anos imediatos ao final do conflito, em que alguns dos participantes, especialmente oficiais de mais alta patente e responsabilidade, como que no seu rescaldo, sobre ela redigiram relatórios, memórias ou breves ensaios quase sempre justificativos da sua acção. A grande maioria dos combatentes, porém, durante muito tempo, preferia o

silêncio à recordação amarga dos dias de angústia, de fome, de medo e de morte. O que essencialmente se sabia era o pouco que os jornais e outros periódicos da época, transmitindo comunicados oficiais ou divulgando notícias filtradas pela censura, tinham dado ao conhecer ao grande público. Só recentemente, por ocasião da evocação, ainda em curso, do primeiro centenário daquela que se dizia ser a última guerra, a guerra que iria acabar com todas as guerras como meio de resolver os problemas das nações e os conflitos entre os povos, é que têm surgido publicações de fontes inéditas, estudos aprofundados e demais bibliografia que nos dão a conhecer aspectos essenciais da história daqueles terríveis anos que na Europa e na África ceifaram milhões de vidas, causaram imensos prejuízos materiais



► *Prisioneiros portugueses no Campo de Prisioneiros de Friedrichsfeld em 21 de julho de 1918. Este campo destinava-se só a soldados. Contudo teve internados inicialmente praças e oficiais, sendo estes últimos transferidos para Breesen em Outubro de 1918*





e morais e provocaram a grande viragem no rumo da civilização ocidental no mundo.

A quantificação exacta da participação portuguesa no conflito denominado de 'Grande Guerra' ou 'Primeira Guerra Mundial' é, ainda hoje, discutível. Os primeiros números oficiais foram sendo corrigidos e alguns continuaram incertos, quer no que diz respeito aos efectivos combatentes, como aos mortos, feridos, mutilados, desaparecidos, prisioneiros ou aos que, de facto, são e salvos, regressaram ao país.



*A Cruz Vermelha Portuguesa formou a Comissão Portuguesa dos Prisioneiros de Guerra, que tinha como missão dar apoio aos prisioneiros de guerra portugueses, bem como aos alemães e austríacos. Este postal é enviado de Angra do Heroísmo por um prisioneiro em 3 de Maio de 1918*

Os historiadores concordam em afirmar que, comparativamente com outros países beligerantes, o número e a percentagem de mortos portugueses foram relativamente baixos, embora na maior das batalhas tenham perdido a vida mais de seiscentos soldados, num só dia. Já o mesmo não aconteceu com o número de prisioneiros, sobretudo após essa batalha, em 9 de Abril de 1918, a última dos portugueses, que os alemães denominaram 'operação Georgette' e os ingleses de 'batalha de Armentières', mas que entre nós é conhecida como 'batalha de La Lys', em que uma extraordinária quantidade de combatentes de todas as patentes, menos generais, caiu nas mãos dos alemães. Sobre ela escreveu, recentemente, um historiador: 'Passados mais de oitenta anos sobre a batalha de La Lys, continua a não se conseguir apurar com precisão absoluta os números de baixas ocorridas nessa

madrugada e manhã fatídicas para o Exército português»<sup>1</sup>.

Quantos foram os feridos e mutilados nas frentes do conflito, europeia e africana? Como eram assistidos e tratados nos hospitais de campanha? Qual o número de prisioneiros? Em que condições estes viveram em cativeiro? Como era o seu dia-a-dia? Quantos morreram nos campos em que estavam detidos? Quantos regressaram a Portugal?

Terminada a guerra, a Alemanha restituiu a Portugal 6.767 prisioneiros, informando que no cativeiro tinham morrido, de causas várias, 233, o que perfazia um total de 7.000 prisioneiros que tinham sido capturados, número demasiado certo para se aceitar como fidedigno. Os relatórios das tropas alemãs, registam que só na batalha de La Lys teriam sido aprisionados 6.585 portugueses (270 oficiais e 6.315 sargentos e praças), o que significaria que ao longo da etapa da vida nas trincheiras e das anteriores operações militares, entre Abril de 1917 e Abril de 1918, apenas 182 portugueses tinham caído vivos nas mãos do inimigo.



*Sobrescrito da Comissão Portuguesa de Prisioneiros de Guerra para a Agência Internacional dos Prisioneiros de Guerra, expedido em 30 de Maio de 1917 e censurado em Lisboa e à chegada à Suíça. Esta agência tinha sido criada durante a Grande Guerra pela Cruz Vermelha Internacional*

Outras estatísticas registam que dos mais de 105.000 homens envolvidos nas duas frentes, europeia e africana, teriam resultado

<sup>1</sup> Luís de Fraga, 'La Lys a batalha portuguesa' in *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coord.), Lisboa, QuidNovi, 2010, p. 418.

7.760 mortos, 16.607 feridos ou estropiados, 13.645 prisioneiros dos quais ainda resultariam, só na Europa, 259 mortos.

Não é possível contestar tais números com dados portugueses mais seguros pois, por falta de informações confirmadas, a sua contabilidade foi feita de forma incompleta e caótica e é, portanto, pouco fiável, como ficou provado nas conversações de paz e no pedido de indemnizações a que Portugal se julgava com direito, de acordo com os prejuízos e mortos, cujos números avançava. Sabemos que ‘muitos presos de guerra saíram dos campos de *motu proprio*: uns nunca regressaram a Portugal; outros, não comunicaram o seu regresso’<sup>2</sup>.



A Comissão Portuguesa de Prisioneiros de Guerra tinha uma delegação na cidade de Lourenço Marques em Moçambique

O teor de vida dos prisioneiros, dispersos por mais de oitenta campos de internamento e trabalhos forçados na Alemanha de então ou em territórios por ela ocupados, vai sendo mais conhecido, à medida que se vão publicando novos dados até agora ocultos ou de acesso limitado em arquivos (como os arquivos militares alemães, o do Comité Internacional da Cruz Vermelha e mesmo o Arquivo Histórico Militar de Lisboa) ou a correspondência oficial e privada inédita, especialmente a correspondência familiar, de simples soldados revelando curiosas notícias e pormenores de situações que a censura impediu de chegar ao seu destino.

<sup>2</sup> Maria José Oliveira, *Prisioneiros Portugueses da Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Saída de Emergência, 2017, p. 20.

Alarguemos o leque das baixas às duas frentes africanas de Angola e Moçambique onde, desde 1914, se as ambições alemãs foram travadas pelas tropas lusas, isso se deveu também a um grande número de mortos, feridos e prisioneiros.

Dos que ficaram retidos em campos inimigos, sabemos que foram grandes os sofrimentos mas, desiguais por várias razões: quer pelo sentimento moral de humilhação pela derrota em La Lys (que Jaime Batalha Reis compararia à hecatombe de Alcácer Quibir, em 1578), quer pela perda da liberdade, a incerteza do futuro (alguns estavam convencidos de que seriam fuzilados ou ficariam prisioneiros longos anos), pela falta de informação e correio das e para as famílias, sempre filtrado pelas exigências e impedimentos da censura, pela dureza dos trabalhos a que eram obrigados, a rudeza e os aviltantes maus-tratos dos seus captores e inimigos, a ignorância da língua dos alemães ou de outros companheiros de cativo com quem precisavam de comunicar, o rigor do clima, o fraco e andrajoso vestuário e calçado que lhes restava do desgaste ou dos roubos e com que mal se agasalhavam, as deficiências alimentares e a fome que os atormentava e debilitava, as terríveis doenças e outras doenças mentais com que eram atingidos e viam sucumbir alguns camaradas, a falta de sabão para a higiene diária, o pouco acesso ao tabaco tranquilizador para os momentos de maior angústia e desespero (em alguns campos só aliviado pelo envio de remessas da comunidade portuguesa do Rio de



Sobrescrito enviado para José Gonçalves da Silva para o Campo de Prisioneiros de Carlsruhe na Alemanha, supostamente pela mulher

Janeiro). Por cima de tudo isto, a convicção de que as autoridades responsáveis e o Governo do seu país, afinal, a pátria por quem haviam lutado e sofrido, os tinham abandonado à sua infeliz sorte. A muitos, individualmente ou em grupo, restou a tentativa de fuga, nem sempre conseguida com êxito e o auxílio de camaradas estrangeiros (franceses, belgas, italianos ou romenos); outros, apenas sentiram alívio na morte que, se os tinha poupado no campo de batalha às balas, granadas e gases inimigos, os ceifaria por fome, doenças e falta de assistência nos campos de internamento.

Como era o dia-a-dia nos campos?

Os prisioneiros portugueses da batalha de La Lys, que estariam detidos até 11 de Novembro, dia do armistício, foram enviados em massa do campo de batalha, em comboios como se de gado se tratasse ou em longas caminhadas a pé, posteriormente separados por categorias militares: os oficiais foram para uns campos de internamento; os sargentos, cabos e praças foram para outros, sendo a vida destes, naturalmente, sujeita a tratamento mais penoso e



Sobrescrito enviado em 17 de Junho de 1918, para o Campo de Prisioneiros de Estrasburgo, onde se encontrava internado o Tenente dos Pioneiros João Pereira Tavares

desumano mas, de que sabemos poucos pormenores: a maioria dos que ali se encontravam não sabia ler nem escrever, ignoravam a língua local e os seus relatos orais só foram feitos tardiamente, quando havia muito se encontravam em Portugal e a memória se lhes tornara selectiva.

Sabemos mais do que se passou com os oficiais pois, vários deles redigiram diários ou cadernos de memórias enquanto ali se encontravam. Os internados nos campos de



A Cruz Vermelha Portuguesa tinha um campo de prisioneiros em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira nos Açores, onde se encontravam muitos prisioneiros alemães. Este postal foi expedido para Badajoz, Espanha, por um prisioneiro alemão de seu nome August Schmidt, em Fevereiro de 1917. Aqui encontravam-se internados os alemães que residiam em Portugal, quando se iniciou o conflito armado entre Portugal e a Alemanha

Rasttat e Breesen – igualmente de condições deploráveis e sentindo-se sempre, odiosamente, ‘nas garras da *Kultur*’, cujos defensores violavam as normas internacionais de tratamento de prisioneiros então em vigor (Convenção de Genebra e Conferência de Haia) – puderam organizar uma ‘Comissão Central de Assistência’ que, na ausência de ligações eficazes com o Governo português, lhes permitiu estabelecer contactos com o *Comité de Secours aux Militaires et Civils Portugais Prisonniers de Guerre en Allemagne*, em Lausanne, bem como com o *Comité Internacional da Cruz Vermelha*, em Genebra que lhes pudessem prestar auxílio e minorar a incerteza daquelas famílias a quem sobre o seu ente querido na guerra fora dito estar ‘desparecido em combate’, não se sabendo se é vivo ou se é morto, ‘sendo a incerteza do seu paradeiro o pior dos males’, como se queixava um familiar aflito junto das autoridades do seu país<sup>5</sup>.

A Cruz Vermelha Portuguesa, recebia na sua sede, em Lisboa, toda a correspondência destinada aos prisioneiros de guerra, bem como as encomendas que lhes eram endereçadas. As cartas eram, então, enviadas para o Serviço de Censura de Base: cartas censuradas não seguiam para o seu destino nem eram, em geral, devolvidas aos remetentes. As cartas dos prisioneiros eram censuradas e retidas nos campos de internamento de onde deveriam sair. Também em Lausanne, na Suíça, a cor-

<sup>5</sup> Maria José Oliveira, *oc.*, p. 97.



respondência era aberta e censurada pelo respectivo Comité, podendo os investigadores de hoje encontrar nos seus arquivos muitos dos escritos confiscados. Outras cartas perdiam-se sem encontrar destinatário, quer porque já ti-



*Os praças portugueses eram muito mal tratados pelos alemães, passando fome e frio*

vesse morrido ou a carta se extraviasse devido ao endereço errado.

No campo de Breesen, aos oficiais que haviam feito parte do Corpo Expedicionário Português, que não estavam obrigados a trabalhos involuntários, era permitido aceder à pequena biblioteca do campo que para eles fora especialmente instalada; era-lhes permitido ler alguns jornais e tratar da sua correspondência, podiam fazer palestras, escrever e ensaiar peças de teatro, preparar saraus, tocar piano e outros instrumentos musicais ou jogar bilhar – ocupações que lhes permitiam fugir à monotonia e minorar a desgraça do dia-a-dia e a tristeza do seu cativo, na esperança de que a guerra terminasse com a vitória dos Aliados. Podiam ainda pedir e receber encomendas da família ou de instituições de assistência e apoio, como dinheiro, azeite (!), sabão, tabaco e açúcar ou roupa, botas, lápis e papel.

Sargentos e praças, porém, encarcerados nos medonhos fortes de Lille e de Saint Mau-

rice, ou dispersos em vários campos de trabalhos forçados, longe dos seus camaradas e amigos de há vários meses, desconhecendo as línguas dos captores e dos outros prisioneiros que com eles partilhavam a mesma sorte, encontravam-se muito pior, em duplo e completo isolamento e não tiveram meios de se organizarem para pedir o auxílio exterior das instituições internacionais humanitárias, como aconteceu com os oficiais. As condições de vida eram mais duras, o frio era mais atroz, os vexames mais humilhantes, os trabalhos forçados penosos (sepultar cadáveres apodrecidos de homens e animais; abrir ou aterrar trincheiras; escavar minas e talhar blocos em pedreiras), a sede e a fome mais negras ('água negra a que chamavam café; batata podre, peixe fétido, horrível farinha de favas ou de beterraba; beterraba, tudo beterraba') – muitos, por fome e anemia, desmaiavam na formatura onde iam receber os escassos alimentos distribuídos. Era menos o correio (cartas e bilhetes-postais) recebido ou enviado; a inge-



*A Cruzada das Mulheres Portuguesas foi uma das organizações que recebeu os prisioneiros de guerra portugueses quando estes voltaram a Portugal no final da Grande Guerra*



nuidade de tudo contar e a ignorância de códigos de comunicação levou a censura a reter ou rasurar mais as suas cartas que a dos seus superiores. Faltava-lhes também nos campos de prisioneiros aquilo que no campo de guerra lhes fora concedido, embora com dificuldade: a assistência religiosa dos capelães que, na sua própria língua, tranquilizava sobretudo aqueles que viam ou supunham ver a morte aproximar-se. Por tudo isso, os seus sofrimentos foram mais pungentes e o sentimento de abandono e incerteza do futuro, de maior angústia e dor. Não poucos, procuraram lenitivo para os seus insuportáveis males, pondo, voluntariamente, fim à vida.



*A "Instituição das Madrinhas de Guerra" receberia igualmente os prisioneiros de guerra portugueses regressados a Portugal*

Talvez também por isso, tenha sido maior a alegria dos que sobreviveram e mais quente a satisfação das 'saudades que tinham do belo sol de Portugal' ou se emocionavam quando em algum bolso encontravam 'pétalas secas de rosas de Portugal', quando, assinado o *armistício*, em 11 de Novembro de 1918, alguns estranharam o desaparecimento dos guardas e, repentinamente, se viram senhores do seu destino. Era ainda incerto, é verdade, mas a notícia de que a guerra tinha acabado e os alemães a tinham perdido, encheu-os de enorme júbilo e dava novo sentido aos sacrifícios heróicos por que tinham passado! Os mais circunspectos voltavam a interrogar-se: afinal, não tinha valido a pena?! As diligências para a libertação não foram fáceis nem rápidas, vindo os últimos prisioneiros na Alemanha a regressar a Portugal apenas em Março de 1919.

Para todos o regresso à pátria foi menos glorioso do que esperavam pois, como com



*Oficiais portugueses aprisionados durante a batalha de La Lys*

mágoa, refere um deles, em Lisboa não foram recebidos como 'heróis' como lhes tinham prometido. O primeiro contingente repatriado, 710 antigos prisioneiros, teve a recebê-lo, em 2 de Janeiro de 1919, o presidente da República, almirante Canto e Castro, um grupo de Senhoras da Cruzada das Mulheres Portuguesas e outro das Madrinhas de Guerra. Os que se lhe seguiram, desembarcaram, em geral, no meio de grande indiferença e apatia da população que, curiosa acorria à chegada dos barcos de transporte militar, na ânsia de reencontrar algum dos seus. Então, apenas umas senhoras da Cruz Vermelha distribuíam bolachas e um pouco de café aos quase fantasmas que esqueléticos e esgrouviados, desembarcavam, passando pelos Cais da Desinfecção, entre Alcântara-Mar e Santos, sem saber ainda que imediato destino seria o seu, na espera da licença do serviço militar obrigatório que os desligasse do exército e lhes permitisse organizar a sua vida na sociedade civil de onde, involuntariamente, haviam sido arrancados.



*Oficiais portugueses prisioneiros no Campo de Breesen*

# Os serviços veterinários no corpo expedicionário português

José Oom do Vale Henriques

## 1. INTRODUÇÃO

**D**urante a primeira Guerra Mundial, verificaram-se significativas mudanças tecnológicas, como a introdução de viaturas de explosão interna, alterações das técnicas de combate, a guerra de trincheiras ou a utilização do arame farpado em grande escala, devido a essas inovações houve algumas limitações na utilização dos solípedes. Contudo, os solípedes foram utilizados pelo Exército Português no transporte de munições, na tração de canhões, de alimentos, etc.



Estima-se que foram utilizados na Primeira Guerra Mundial 8 milhões cavalos por ambos os lados envolvidos no conflito, além de 213 mil mulas. Para os britânicos, dos quase 1 milhão de cavalos enviados para a frente de batalha, apenas 65.000 regressaram. O Exército Português, empregou na frente europeia 7.783 solípedes enviados de Portugal e 1993 enviados pelo exército britânico e 4.553 nos exercícios da Tancos. O elevado número de animais

implicava, obrigatoriamente, a montagem de um serviço veterinário que garantisse a sanidade e apoio cirúrgico aos animais.



## 2. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES

Em 1914, começaram os preparativos para a formação da Divisão Auxiliar para Portugal participar na Primeira Guerra Mundial. Houve a necessidade em se identificar a situação dos efetivos de solípedes do Exército, da sua disponibilidade no país, dos serviços veterinários militares, equipamento e das necessidades em alojamentos, material hospitalar e medicamentoso, meios de transporte, etc.

### Disponibilidades de solípedes no Exército

O Exército Português tinha no início do conflito da Primeira Guerra Mundial 4.553 solípedes distribuídos pelas unidades, formações e serviços. A assistência veterinária era dada nessas unidades do Exército por 15 médicos veterinários do Quadro Permanente.



Perante a entrada eminente de Portugal no conflito da Primeira Guerra Mundial, houve a necessidade em se avaliar a aptidão dos cavalos e muares do Exército para serviço em campanha.

Em 2253 cavalos, das unidades de cavalaria e artilharia, 35,4 % foram considerados incapazes.

Em 1693 entre muares das referidas unidades, 15% foram consideradas incapazes.

Para prover o Exército de gado cavalari e muar, existia o Regulamento para o Serviço Geral de Remonta do Exército desde 1902. Este serviço, podia recorrer a mercados ou a criadores para a obtenção de solípedes.

Face ao levado número de cavalos e muares considerados incapazes no Exército, houve a necessidade em recorrer à compra de animais a criadores ou em mercados.

Obtivemos o valor da compra pelo Exército de 349 cavalos nas referidas feiras correspondendo a uma média de 270\$00 escudos por animal, totalizando 94.300\$00.

O Exército comprou 263 muares por 73.640\$00.

O Ministério da Guerra, informou pela circular nº 13 de 9 / 10 / 1917, que “Em Lisboa é criado um Depósito de Remonta Territorial, que funciona junto do Quartel General Territorial do CEP, para receber o gado adquirido pelas Comissões de Remonta e providenciar o trato, alojamento e maleinização do gado.” Nesta circular é definido qual o do pessoal do Depósito, sendo o comandante um oficial superior de cavalaria, vários oficiais, três subalternos do Quadro Auxiliar dos Serviços de Artilharia e um veterinário. Todos os so-

lípedes recebidos das Comissões de Remonta, eram alojados no Quartel de Cavalaria 2. Procedia-se à maleinização e os indenes, eram enviados para o Mercado Central de Gados no Campo Grande, onde aguardavam o embarque para França. Antes do embarque, os solípedes eram inspecionados pelo Presidente da Comissão Técnica de Remonta, pelo Chefe da Secção de Solípedes da 3ª Repartição do QG Territorial do CEP e pelo veterinário do Depósito de Remonta.

### 3. OS EXERCÍCIOS DE TANCOS

Foi nomeado comandante da Divisão de Instrução em Tancos, o General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva e Chefe do Serviço Veterinário o Tenente Coronel Veterinário António Augusto Barradas, sendo Adjunto o Capitão Veterinário Artur Ribeiro de Melo.

Em 5 de Maio de 1916, começaram a chegar ao polígono de Tancos os primeiros militares, solípedes e rezes para abate. Os milhares de soldados e de animais que ali se concentraram envolveram uma operação logística de grande



dimensão para garantir alimentação dos militares e animais, material de guerra, material sanitário e cirúrgico. As estações de caminho de ferro próximas do polígono de Tancos, no período que decorreram os exercícios, encontravam-se atulhadas de mercadorias.

No relatório do Tenente Coronel António Augusto Barradas apresentou no fim dos exercícios de Tancos, afirmava-se que quando ali chegou nada estava preparado. “Procedia-se à organização do Carro Veterinário, à modifica-



ção das bolsas de pensos para oficiais, à confecção de bolsas de pensos para enfermeiros e para ferradores.” Em meados de Junho, foi enviado o carro veterinário, equipamento para o serviço siderotécnico e material cirúrgico. As ambulâncias tinham sido enviadas para África na sua maior parte. A 10 de Julho, quatro ambulâncias são distribuídas por três grupos de artilharia e colunas de munições e uma à segunda brigada de infantaria, ficando muitas unidades desprovidas. As unidades de artilharia tinham melhor apoio veterinário que as restantes unidades.

O General Tamagnini, comandante da Divisão em Tancos, no seu relatório afirma, “Bem significativo é o quadro apresentado pelo Chefe dos Serviços Veterinários acerca da falta de preparação para este serviço desde o tempo de paz, escassez de material de serviço, ferramentas, etc.” O General Tamagnini, ainda em referência ao relatório do Chefe dos Serviços Veterinários, afirma “De notar, também é, que só no relatório do Chefe dos Serviços Veterinários fomos encontrar elementos utilizados para a estatística das percentagens da carne distribuível em função do peso vivo das rezes fornecidas ao Rebanho de Abastecimento...”.

As manobras de Tancos, permitiram identificar as carências existentes nos Serviços Veterinários e assim tentar corrigi-las, definindo a estrutura destes serviços em campanha. Também, os serviços veterinários desenvolveram atividades na inspeção de alimentos além da intervenção sanitária e cirúrgica dos solípedes.



OS PORTUGUESES EM FRANÇA  
Financiamento

LES PORTUGAIS EN FRANCE  
Transport et innovation des rezes

## Inspecção de alimentos

Durante as manobras para alimentação dos militares foram abatidos 1430 bovinos e 3488 ovinos que corresponderam respetivamente a 330.000 Kg e 39.400 Kg de carne. Os animais foram abatidos nos matadouros de Tancos, Barquinha e Abrantes. A inspeção sanitária da carne foi realizada por médico veterinário militar tendo sido rejeitados fígados com distomatose.

Em França, os alimentos fornecidos aos militares em campanha eram confeccionados e fornecidos pelo Exército Inglês.

As rezes destinadas à alimentação das tropas permaneciam na Quinta da Cardiga até ao abate.

## Serviço siderotécnico

O Tenente Coronel António Barradas, afirma, no referido relatório, que este serviço se encontrava muito desorganizado. Era constituído por pessoal especializado e de oficina devidamente equipada. Apesar das dificuldades encontradas nos três meses dos exercícios de Tancos, foram fornecidas a este serviço, 30.738 ferraduras e 179.154 cravos, tendo sido devolvidas ao Depósito Geral de Material Veterinário, 20.398 ferraduras e 168.404 cravos.

Estes serviços eram constituídos por oficinas, cujo equipamento permitiam o trabalho de preparação de ferraduras e sua aplicação nos solípedes. Diversos instrumentos constituíam uma oficina siderotécnica como forções de campanha, bigornas, cavaletes, ferraduras de mão e de pé para cavalos e mulas. A equipa de uma oficina siderotécnica era constituída por um sargento ferrador, doze ferradores, doze malhadores.

## Enfermarias

Foram constituídas três tipos de enfermarias, respetivamente:

De medicina, de cirurgia e de doenças contagiosas. Eram dirigidas por um oficial veterinário. A sua equipa de trabalho era consti-



tuída por um sargento hípico, um ferrador e dois soldados.

### Alimentação dos cavalos

A ração diária administrada aos cavalos era constituída por:

4,8 Kg de aveia, 1,76 kg de fava, 3,0 Kg de palha.

Em França, o quantativo destes elementos seria aumentada.

Nessa época, a ração diária por cavalo custava \$76,4

Os animais deslocavam-se aos rios Tejo e Zêzere para beberem água.

### Movimentos de solípedes durante os exercícios em tancos

Nos exercícios de Tancos participaram 4.553 solípedes, tendo-se registado 1.475 baixas. Destes, 1.115 foram considerados curados. Morreram 64, tendo sido abatidos 7 solípedes. Registaram-se 682 baixas por feridas contusas e 170 por entorses.



As causas das mortes deveram-se a 4 casos por congestão cerebral, 3 por cólicas, 7 por sobrecarga de trabalho, 8 por pneumonia e 7 por mormo.

### Considerações e recomendações do Chefe do Serviço Veterinário Militar

No relatório final, o Chefe do Serviço Veterinário Militar, afirmava que o número de médicos veterinários era insuficiente. Que os solípedes fossem classificados por idades, pelo seu estado geral e conformação, devendo ser formados dois grupos, um de serviço moderado e outro de serviço de campanha. O treino deveria ser metódico e racional para cada grupo. Deviam aperfeiçoar-se os arreios e melhorar os serviços de siderotecnia.

## 4. EM FRANÇA

### Estrutura dos Serviços Veterinários em campanha

Os Serviços Veterinários tinham a chefia junto do Quartel General do CEP e seriam dirigidos pelo Tenente Coronel Augusto Barradas e pelo adjunto, Capitão Veterinário Aniceto Costa.

### Serviço Veterinário da 1ª Divisão

Era chefiado pelo Major Veterinário Vilas Boas, tendo como adjunto o Tenente Veterinário Gomes Pereira. A Secção Móvel Veterinária nº 1 era chefiada pelo Capitão Veterinário Barros Júnior. O Serviço Veterinário da 1ª Brigada era chefiada pelo Tenente Veterinário Rodrigues de Castro. O Serviço Veterinário da 2ª Brigada era chefiada pelo Capitão Veterinário Macário de Sousa.

### Serviço Veterinário da 2ª Divisão

Era chefiado pelo Major Veterinário Chaves de Lemos, tendo como adjunto o Tenente Veterinário Fernandes Palhoto. O Serviço Veterinário da 1ª Brigada era chefiado pelo Tenente Veterinário Assunção Ramos. A Secção Móvel

Veterinária nº 2 era chefiada pelo Capitão Veterinário Almeida Braga. O Serviço Veterinário da 4ª Brigada era chefiado pelo Tenente Veterinário Assunção Ramos. O Serviço Veterinário da 5ª Brigada era chefiado pelo Alferes Veterinário Lopes Valente. O Serviço Veterinário da 6ª Brigada era chefiado Tenente Veterinário Ferreira de Sousa

### Depósito de material veterinário na base do CEP

Chefe: Capitão Veterinário Estanislau de Almeida

As secções móveis veterinárias, uma em cada divisão, eram uma estrutura importante. Os chefes de serviços veterinários divisionários classificavam segundo o estado em que se encontravam os solípedes em cam-



panha e definiam o destino a dar-lhes bem como o envio para hospital inglês, enfermaria do CEP ou abate. Essas secções eram constituída por: um capitão veterinário como chefe, um 1 sargento enfermeiro hípico, dois cabos ferradores, um sargento de cavalaria, dois cabos, dezassete soldados, 1 carro de esquadrão, 1 carro para transporte de animais feridos.

Pelos decretos nºs 2363, 2391 e 2523 de Maio de 1916, o governo português aderiu à Aliança Internacional Estrela Vermelha, em Dezembro de 1914 foi fundada em Genebra com o objetivo de coordenar as instituições que organizavam hospitais, enfermarias e postos de socorro para animais feridos em consequência da guerra e considerou essa instituição como



auxiliar do serviço veterinário militar. Então foi declarada insígnia militar a bandeira e o braçal distintivo da Aliança Internacional da Estrela Vermelha. O uso das insígnias passou a ser exclusivo do pessoal, formação e estabelecimentos do serviço militar veterinário. Os militares dos serviços veterinários quando em serviço usavam este braçal.

No dia de embarque, os militares que iam para França recebiam as seguintes subvenções segundo a patente:

- General – 300\$00
- A todos os oficiais – 150\$00
- Sargentos – 15\$00
- Praças – 6\$00

Subvenções mensais em campanha:

- General – 1.130 FF
- Coronel – 695 FF
- Tenente Coronel – 626 FF
- Major – 565 FF
- Capitão – 478 FF
- Tenente – 391 FF





## Solípedes enviados de Portugal para a França

Foram transportados 7.783 solípedes por via marítima de Lisboa para o porto de Brest em França, tendo depois seguido de comboio desta cidade até à Flandres. Realizaram-se 10 viagens de barco de Lisboa até Brest para o transporte dos solípedes, a partir de 30 de Janeiro, sendo a última no dia 26 de Setembro de 1917. O número de solípedes transportados por viagem dependia da capacidade do barco, tendo o número variado entre 240 e 1850.

O Depósito de Remonta em França, classificava os solípedes recebidos de Portugal assim como os vindos de Inglaterra ou adquiridos em França. Durante essas viagens de barco e em Brest morreram 95 solípedes.



Os serviços de remonta ingleses forneceram por cada ano para o nosso Exército, em 1917 – 153 cavalos e 1208 muares, em 1918 – 247 cavalos e 383 muares e em 1919 – 2 muares em Janeiro.

Os muares foram utilizados para tração de peças de artilharia, viaturas de transporte de munições, água e cozinhas.

Segundo o Tenente Coronel Marquês de Sousa num recente trabalho, o efetivo de solípedes do CEP era insuficiente pois cobria apenas 60 % das necessidades.

Os solípedes que serviram em França tiveram de suportar aí temperaturas negativas, - 18° C à chegada a Brest e durante os rigorosos invernos 1917/1918, tiveram por essa razão

ser abrigados em alpendres de madeira, cavaliças particulares e protegidos com mantas.

## Principais problemas sanitários dos solípedes em campanha

Registaram-se 184 casos de mormo em cavalos vindos de Portugal, tendo sido por esse motivo abatidos.

As principais doenças registadas além do mormo deveram-se a problemas respiratórios, artrites, conjuntivites e cólicas.

## Os solípedes do CEP em campanha

Durante a campanha, registaram-se 600 baixas em solípedes em consequência de feridas no aparelho locomotor e de 8.220 em outro tipo de feridas em acidentes.

Os solípedes feridos em combate eram classificados como capazes de continuarem ao serviço e os incapazes. No caso dos capazes, se os ferimentos eram ligeiros, eram tratados numa enfermaria em França. Os que apresentavam ferimentos mais graves mas com grande possibilidade de recuperação, eram enviados para um hospital veterinário inglês, situado na Inglaterra. Os solípedes considerados incapazes, eram vendidos a agricultores franceses, para os talhos ou para serem transformados em guano.

Após a autorização de hospitalização em hospital britânico, era-lhes atribuído um valor comercial e essa importância era paga ao nosso Exército. Caso tivessem alta do hospital,



eram novamente aumentados ao nosso Exército, entravam no Depósito de Remonta e daí passavam a qualquer unidade. Uma vez curado, o Exército Português devolvia ao Exército Britânico, o valor igual ao que tinha recebido no acto da avaliação quando da hospitalização, pagava mais 15 libras e uma importância correspondente a 20 % da avaliação.

Durante a permanência do CEP em França o número de mortes registados em solípedes por doença foram os seguintes: em 1917 – 69, em 1918 – 394 e em 1919 – 2 (em Janeiro). Registaram-se 184 casos de mormo em cavalos vindos de Portugal, que foram abatidos. Acrescenta-se que nos combates de 9 de Abril morreram 1.443 solípedes. Na totalidade o número de animais mortos e desaparecidos foi de 2.187.

### Destino dos solípedes no fim da guerra

No fim do conflito, os solípedes que não tinham interesse para o Exército mas que poderiam ser utilizados na agricultura ou em tração, eram vendidos em leilões aos agricul-

tores franceses. Em diversas localidades deste país foram vendidos 792 cavalos pelo valor de 265.960 FF. O preço de venda por cavalo variava entre 500 a 700 FF e éguas era de 400 FF. Os que se encontravam em bom estado e em condições de numa unidade militar portuguesa, eram enviados para Portugal e entregues ao Depósito de Remonta do Exército Português.

### Fontes bibliográficas

A informação bibliográfica apresentada neste trabalho baseou-se essencialmente nos documentos existentes no Arquivo Histórico Militar, relacionados com o Corpo Expedicionário Português.

### Agradecimentos

Ao Professor Doutor António Pedro Vicente e ao Dr. Mário Matos e Lemos, o meu agradecimento pelo estímulo e ajuda que me deram para apresentar este trabalho.



*Solípedes a embarcar em Portugal*

# Um “retrato” do Corpo Expedicionário Português (CEP)

António Pedro Vicente



Arnaldo Garcez Rodrigues o fotógrafo do Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra de 1914/18

**N**a terminologia “fotojornalismo” ou “fotoreportagem” incluem-se os mais variados temas fotográficos. A foto regista um momento único, não preparado mesmo que previsto, mas na maioria dos casos espontâneo. Trata-se de um tipo de jornalismo em que a fotografia é objecto fundamental para a formação e veiculação da notícia. O seu agente é o jornalista responsável pelo registo fotográfico de um tema de interesse jornalístico. A fotografia é usada como “meio” de notícia desde meados do século XIX. Contudo, na exacta acepção de “fotojornalismo” só deve ser utilizada quando, no início do século XX, os processos técnicos, possibilitam

a publicação directa em jornais, revistas e todo o tipo de publicação, com a utilização através das zincogravuras. O fotojornalismo vem, assim, a ter um caminho peculiar na história jornalística.

O fotógrafo regista acontecimentos quase sempre sem pré-montagem e sem interferência nas situações retratadas nas fotos, em, princípio naturais, ocasionais e informais. O fotógrafo não encena o motivo a fotografar. O momento em que a foto é captada ou registada depende da experiência da destreza, da atenção do agente. A sua experiência e as suas capacidades tornam-se factor importante do êxito no resultado. Os resultados dependem do pleno aproveitamento da imagem não preparada, não previsível. Para o bom resultado da sua acção o fotógrafo tem de ser experiente e conhecer as capacidades da câmara de que se serve. Tem de ter o obturador preparado, a todo o momento, para a inesperada exposição. A cena não é ensaiada e o que o olhar observa prodigaliza a possibilidade de êxito quando se







domina a técnica da câmara. O fotojornalista ou o repórter fotográfico tem de ter experiência e domínio tecnológico e ser consciente da necessidade de estar preparado, ainda antes, para o “momento decisivo”<sup>1</sup>

A reportagem fotográfica, nomeadamente no que respeita a exercida no cenário da guerra, iria consagrar, em Portugal, o nome de Arnaldo Garcez Rodrigues que actuaria na 1ª Grande Guerra após nomeação oficializada pelo então ministro da Guerra Norton de Matos o qual tomou conhecimento das capacidades deste fotógrafo, no decurso dos exercícios militares ocorridos em Tancos. Assim, Garcez acompanharia o exército nacional no cenário



<sup>1</sup> A expressão foi utilizada pelo conhecido fotógrafo Henri Cartier-Brasson definindo claramente a diferença da acção entre o retratista de “Atelier” e o repórter que tem de prever o “momento”. Cf. Michael Busselle, *Tudo sobre fotografia*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1980.

bélico, em França, a partir de 1916. Aí permaneceu depois do armistício que teve lugar em 1918, actuando como fotógrafo em diversas cerimónias que tiveram lugar nesse país para lembrar e homenagear os combatentes que aí deram a vida, consagrando a sua memória e ilustrando, através da fotografia, os monumentos que então se erigiram homenageando a memória dos que aí lutaram.

Ao considerarmos a acção daquele que se deve considerar o primeiro repórter fotográfico, de nomeação oficial, não devemos esquecer o nome de outro fotógrafo, José Henriques de Mello que actuou nas Campa-



nhas de 1907 e 1908 na Guiné. Referimos a sua acção, recentemente lembrada no interessante e esclarecedor estudo de Mário Matos e Lemos, dado à luz com arranjo gráfico de Alexandre Ramirez, em 2009.<sup>2</sup> Aí é-nos dado a conhecer a obra desse fotógrafo que, na 1ª década do século XX nos oferece, em cerca de uma centena de fotos, um vasto panorama de vistas e costumes da colónia bem como operações de guerra que, então, teve lugar. O autor deste estudo elucidá-nos que as campanhas que, entre 1913 e 1915, foram levadas a cabo por Teixeira Pinto foram mais importantes que as que então, foram dirigidas pelo Govern-

<sup>2</sup> *O Primeiro Fotógrafo de Guerra Português José Henriques de Mello. Guiné: Campanhas de 1907-1909*, publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.



lho de Arnaldo Gomez como oficial do Corpo Expedicionário Português (CEP), oficialmente designado para a cobertura das acções militares dos portugueses na frente de combate em França.

A fotografia, como testemunho das guerras, inicia-se ainda nos primórdios do desenvolvimento de novas técnicas que a viriam a aperfeiçoar. É, com certeza, no conflito da Crimeia (1954-56) que se pode falar

no início da reportagem e da sua acção veiculando a notícia. Atribui-se a Roger Fentona, pintor e advogado em Londres, cidade que abandona em 1855, o começo de uma actividade que lhe possibilita a elaboração de centenas de fotografias de soldados, oficiais, acampamentos de tropas e ruínas provocadas pelos

dor Muzanty. Efectivamente, das posteriores campanhas resultou uma sólida unificação administrativa da Guiné Portuguesa que havia herdado os limites definidos pela Convenção Luso-Francesa de 1886.<sup>3</sup>

A escassez de elementos sobre a vida deste fotógrafo como afirma o autor, é compensada pela riqueza do seu trabalho. Efectivamente, as campanhas chefiadas pelo Tenente Oliveira Muzanty, na Guiné, e os acontecimentos que, então, aí ocorreram, ficaram registadas pelo seu trabalho obtido na frente dos combates, constituindo valioso testemunho sobre a campanha e, igualmente, o que valoriza o seu labor, os movimentos de tropas, grupos de oficiais, cerimónias familiares e imagens importantes de carácter etnográfico.

Infelizmente, apesar de pouco se saber sobre este fotógrafo que acompanhou a força expedicionária portuguesa, este estudo que, em boa hora, foi publicado dá-nos um panorama de uma acção militar importante e uma descrição rica dos usos e costumes dessa colónia no início do século XX. Em certa medida, a sua acção antecede, no ponto de vista jornalístico, o traba-



combates. Todas as suas fotos resultaram da utilização do processo do colódio. Também o inglês James Robertson teria estado na Crimeia. Igualmente a Guerra da Sucessão, a partir de 1861 até 1865, contou com a colaboração de Mathew Brady, possuidor de um estúdio em Washington. Criando um laboratório ambulante numa carruagem e utilizando, igualmente, o processo de colódio deixa-nos

<sup>3</sup> Cf., *ob.cit.*, págs. 68/69.



importantes documentos representando oficiais, soldados e paisagens destruídas.

As cenas de rua, barricadas e intervenientes na Comuna de Paris (1871) ficaram, também, registadas pelo fotógrafo Liebert que viria a publicar imagens montadas e trucagens deformando os acontecimentos da revolução parisiense. Não poderemos assim, chamar, com propriedade, repórter de guerra a este fotorjornalista que assistiu e registou as imagens da cidade sitiada pelo exército prussiano.<sup>4</sup>



do material necessário para a prática fotográfica. Aliás, essa “revolução” e uma nova etapa no seu desenvolvimento deve-se em grande

parte à actividade, diligência e sabedoria de um empregado bancário. George Eastmann (1854-1932) que se dedicou à aplicação da gelatina sensível sobre as chapas de vidro e que, em 1879, patenteou uma máquina que aplicava o gelatinobrometo de maneira homogénea. O preço das câmaras baixou. Cedo viria a abandonar a sua profissão criando as condições para construir a indústria que produziria o



Quando Arnaldo Garcez Rodrigues inicia a sua actividade fotográfica, dedicando-se a imagens desportivas, estava-se nos primeiros anos do século XX. Por esse tempo a fotografia e os componentes mecânicos que possibilitavam a foto iniciavam o que se pode chamar, uma nova era popularizando-se e permitindo aos amadores, de menos recursos, a aquisição



<sup>4</sup> Cf. M.L. Sougez, *História da Fotografia*, ob. cit. págs. 131-4.



primeiro aparelho «Kodak» com rolo de papel, em breve substituído por celuloide, que marca o nascimento do rolo de película. No dealbar do século XX a indústria que criou levou a fotografia ao alcance de um novo público e criou uma das maiores indústrias ligadas ao sector tornando, a sua firma, a maior multina-

cional ligada ao ramo e contribuindo, de forma extraordinária para a divulgação e popularização da descoberta que, desde os anos 40 do século XIX havia, sucessivamente, registado mais de um milhar de patentes que contribuiriam definitivamente, para invadir o mercado de profissionais e amadores, desde então e até hoje, de forma exponencial.



Quando se deu a guerra de 1914-1918 um soldado, com diminutas possibilidades materiais, podia tornar-se um fotógrafo amador. A “Vest Pocket”, patenteada em 1912, e vendida até 1926, um dos trunfos comerciais de Geor-

ge Eastmann que, como o nome indica, cabia num pequeno bolso do fardamento, actuou na 1ª Grande Guerra e, ainda hoje, 100 anos passados, serve a qualquer colecionador para fazer fotografias!

Da representação gráfica da 1ª Grande Guerra ficaram-nos as fotografias oficiais dos vários contendores, as imagens pessoais dos intervenientes em combates que

preencheram as páginas dos álbuns dos familiares que aguardavam o seu regresso e as fotos dos que jamais voltaram aos seus lares, mas que aí permaneceriam alimentando a saudade dos seus entes queridos. Alguém afirmou que a 1ª Guerra Mundial foi, também, a primeira guerra “fotografada a partir de dentro”.

Todas as imagens, de uma vivência comum, de milhares de jovens portugueses foram, então, ofere-

cidas a público pela câmara de Arnaldo Garcez Rodrigues. Fotógrafo oficial do CEP (Corpo Expedicionário Português), seguira para França para “olhar” e nos dar conta do que por lá se passava com os nossos soldados. Tendo-lhe





SECTOR PORTUGUEZ. — Zona devastada.  
Nas ruínas de Lacouture.

SECTEUR PORTUGAIS. — Zone dévastée.  
Dans les ruines de Lacouture.

sido conferido o posto de Alferes Equiparado emparceira, com os outros oficiais, não para elaborar planos de ataque ou defesa, não para estabelecer estratégias de combate mas, tão só, para registar, com a sua câmara, o quotidiano duma guerra.

A análise e observação das imagens que Garcez nos lega, elaboradas, por vezes, em circunstâncias que se advinham bem difíceis, constituem o melhor documento gráfico para avaliar o esforço e sacrifício que os portugueses desenvolveram durante o primeiro grande conflito mundial. Hoje essas imagens, perduram, em profusão, na exaustiva e profunda obra do General Ferreira Martins na *Enciclopédia pela Imagem* no seu número dedicado ao mesmo tema e, mais recentemente, no trabalho de compilação iconográfica devido ao Oficial do Exército e fotógrafo Conde Falcão intitulado *Imagens da I Guerra Mundial*. Parte do que resta do seu arquivo fotográfico, ou seja, o que foi poupado a uma enxurrada devastadora, ocorrida na *Liga dos Combatentes*, e alguns dos seus tra-

balhos reproduzidos nas obras citadas, serviram para uma exposição levada a efeito quando decorria o 60º aniversário da Batalha de La Lys. Resta-nos, contudo, ainda, um importante acervo de 75 postais fotográficos editados em França, na firma Lévy Fils e Cia de Paris.

Arnaldo Garcez Rodrigues, de seu nome completo, foi, em jovem, aprendiz de relojoeiro na cidade que o viu nascer.

Mais tarde transferiu-se para Lisboa, com a sua família, e continuou a trabalhar no mesmo ofício. Comprou, então, uma primeira máquina fotográfica, um modesto “caixote”, com as suas primeiras economias. Foi a estreia de uma série que culminou na aquisição de



SECTOR PORTUGUEZ. — Zona devastada.  
Le Touret. — Un obus détruit.

SECTEUR PORTUGAIS. — Zone dévastée.  
Le Touret. — Un obusier détruit.

uma “Spido Gaumont”, um aparelho sofisticado que era peça obrigatória dos profissionais de fotografia que actuavam ainda antes da proclamação da República. Emparceirando com Novais, Benoliel e outros pioneiros, o seu nome passou, a partir de 1904, a ser referido como colaborador de diversos jornais da capital e, com maior notoriedade, a partir de 1910.





OS PORTUGUEZES NA FRENTE DE BATALHA  
Un soldo. LES PORTUGAIS AU FRONT. — Un soldo.

Ainda antes de se tornar repórter de Guerra já tinha dado provas das suas capacidades profissionais, nomeadamente, com imagens sobre acontecimentos desportivos. Aliás, Arnaldo Garcez praticava, pessoalmente, desporto tendo, até, conseguido alguns êxitos pessoais nesse sector. Também antes de seguir para França já havia exposto o resultado do seu trabalho nomeadamente ao participar, com fotografos seus contemporâneos, na 1ª *Exposição Nacional de Arte Photographica* que teve lugar no Palácio Nacional de Bellas Artes organizada pela Revista *Arte Photographica*.

Em ofício confidencial, datado de 26 de Junho desse ano, advindo da Secretaria da Guerra, dirigida ao chefe da repartição do Gabinete do Ministério do Interior, igualmente existente no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, são dadas ordens à Comissão de Censura a fim de não ser “permitida a publicação, nos jornais, de fotografias sobre assuntos militares sem que apresentem uma prova visada neste Ministério”. Nesse ano, Garcez já dera amplas provas das suas capacidades e competência profissional. Natural é que, na sequência dos treinos militares, reali-



OS PORTUGUEZES NA FRENTE DE BATALHA  
Ponte de Comando de Batalhão. LES PORTUGAIS AU FRONT  
Ponte de Commandement de bataillon.



OS PORTUGUEZES NA FRENTE DE BATALHA  
Fabrico d'un 75mm. LES PORTUGAIS AU FRONT  
Ateli d'un 75mm.

Como já se aludiu, assume-se como natural a preocupação e insistência do Ministro da Guerra, General Norton de Matos, para que se realizasse a cobertura fotográfica da preparação da nossa Divisão de Instrução, estacionada em Tancos, quando, em 1916, se optou pela participação portuguesa na Guerra.

zados em Portugal, Garcez seguisse para França, incorporado no Corpo Expedicionário Português. Nesse país acompanhou o quotidiano dos portugueses envolvidos na contenda. Aí fotografou os batalhões a caminho da frente de combate, as baterias a percorrerem as estradas, as visitas de entidades oficiais, as guardas de honra, as recepções aos presidentes da República francesa e portuguesa, as revistas das brigadas, os encontros dos Estados Maiores, as visitas de missões estrangeiras, a actuação das “Damas Enfermeiras da Cruz Vermelha”, os exercícios, os desfiles do exército português, nos Campos Elísios, em Paris, no 14 de Julho de 1918, as entregas de condecorações e a evacuação dos civis. A par destas imagens de cariz oficial, Garcez ofereceu-nos um panorama, rico e completo, do dia a dia do mais humilde soldado, os seus momen-







tos de lazer, as suas confraternizações evocativas de datas festivas e a sua convivência com os ingleses em cujo exército se integrava o Corpo Expedicionário Português (CEP). Uma visão completa e chocante da destruição de estradas, campos e casas emparceira, neste certame iconográfico, para nos patentear, com evidência e clareza, todas as circunstâncias trágicas em que se consubstanciou a participação das tropas portuguesas no tablado bélico do território francês.

Uma vez terminado o conflito e após a assinatura do armistício, pelo Tratado de Versalhes, em 11 de Novembro de 1918, Arnaldo Garcez permaneceu em França por mais alguns anos. Colaborando em várias exposições, nomeadamente a *Inter-Aliada* em Paris. Também, como repórter fotográfico, actuou nas festas da Vitória em Paris, Bruxelas e Londres, em Julho de 1919. Igualmente se consagrou aos arranjos e edificação dos cemitérios em que repousam



os restos mortais dos militares portugueses que tombaram na contenda. Organizou e participou, ainda, em exposições fotográficas alusivas à guerra. Voltando a Portugal, no decurso

de 1921, passou a ser o fotógrafo de todas as cerimónias referentes à transladação dos corpos e colaborando na erecção dos monumentos alusivos à nossa actuação que, então, proliferaram por todo o país. Foi, igualmente, membro da “Comissão de Padrões da Grande Guerra”, constituída por militares e civis, muitos dos quais haviam participado no conflito. Esteve, também, presente nas cerimónias alusivas ao monumento ao Soldado Desconhecido que ficou na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha. É por esta altura, entre os anos de 1921 e 1923, que Arnaldo Garcez volta a colaborar como repórter em jornais de Lisboa. A revista semanal dos jornais *O Século* e o *Diário de Lisboa* vão aproveitar a sua larga experiência jornalística. A ele se deve a grande reportagem sobre os preparativos e a partida para a travessia aérea do Atlântico Sul, levada a cabo por Gago Couti-



nho e Sacadura Cabral, uma cobertura fotográfica excepcional que, hoje, nos permite recordar muitos dos pormenores dessa aventura que, constituindo numa etapa marcante nos anais da aviação, teve extraordinária repercussão na imprensa e Portugal e do Brasil.



# A caminho das trincheiras: A entrada de Portugal na Grande Guerra

Nuno Severiano Teixeira

**A** entrada de Portugal no século XX ficou marcada, por dois acontecimentos matriciais: primeiro, a fundação da República, em 1910, segundo, a entrada de Portugal na Grande Guerra, de 1914-1918.

São dois momentos distintos, mas que têm em comum, um mesmo significado histórico: a entrada de Portugal no novo século e a sua adaptação às dinâmicas internacionais em movimento. Particularmente, à dinâmica europeia.



*O Capitão Paiva Couceiro comandou as incursões monárquicas de 1911 e 1912*

Nos primórdios do século XX, o pensamento estratégico português, que se manteve, praticamente, inalterado ao longo do século e permaneceu até à dupla transição, pós autoritária e pós imperial, encarava Portugal como um país de vocação marítima, atlântica

e colonial, alheio aos interesses estratégicos no continente europeu.

Como resultado de condicionantes geopolíticas e de movimentos de longa duração histórica, Portugal conheceu, de um ponto de vista do seu lugar no mundo e da sua inserção internacional, uma forte corrente de matriz anti europeia. Esta matriz, que foi historicamente dominante, teve reflexos numa longa tradição política e diplomática, assim como na formulação do pensamento estratégico e militar.

Esta matriz antieuropeia tinha por base duas ou três ideias fundamentais: em primeiro lugar, uma percepção antinómica, e em certos momentos históricos, mesmo, dilemática entre a Europa e o Atlântico; em segundo lugar, e como consequência, a ideia de que Portugal não tinha interesses estratégicos na Europa, porque a sua vocação era, exclusivamente, marítima e nunca continental; e, finalmente, em terceiro lugar, essa vocação marítima assumia uma tradução concreta em dois vectores, quase exclusivos na orientação estratégica da inserção internacional do país: o primeiro, fundamentalmente geopolítico, o Atlântico e nesse quadro, a Aliança privilegiada com a potência naval dominante, ou seja, a Inglaterra; o segundo, fundamentalmente geoeconómico, as colónias e nesse momento histórico particular, o Império africano.

Ora se assim é, se não existia forte relação económica, não existia interesse político-diplomático, nem tradição militar de participação portuguesa em teatros europeus, a pergunta é mais do que legítima

*A aquisição dos navios alemães gerou acesa polémica na Câmara dos Deputados, entre os que defendiam a nossa participação na guerra e os opositores*



ma: por que razão participou Portugal na Primeira Guerra Mundial? E, sobretudo, porque entrou na guerra europeia? Porque foram os soldados portugueses para as trincheiras da Flandres?

A resposta não é simples. E não se poderá compreender se não se tiver em consideração contexto internacional em que a jovem República Portuguesa estava inserida. Como também não se poderá compreender se não se tiver em consideração a conjuntura política interna que atravessava. Tão difícil o primeiro quanto a segunda.

A situação internacional da República era extremamente frágil. E não só na Europa, mas também nas colónias.

No plano europeu, entre Outubro de 1910 e Setembro de 1911, Portugal teve um regime político republicano que não era internacionalmente reconhecido pelas grandes potências europeias. Com exceção da França e da Suíça, todas elas, Monarquias. Não era reconhecido, nem «de facto» nem «de jure». Ou seja, durante quase um ano, Portugal não foi reconhecido, formalmente, como então se dizia, “no concerto das nações”. A partir de Setembro de 1911, o regime republicano português passa a ser reconhecido. Formalmente, o que não significava que tivesse passado a ser considerado, política e diplomaticamente, pelas outras potências europeias. Portugal atravessou, então, um longo período de marginalidade internacional que afectou, penosamente, a credibilidade externa da República portuguesa. Essa vulnerabilidade externa viu-se, ainda, agravada na Península Ibérica, por duas incursões monárquicas vindas de Espanha, com o conhecimento e o assentimento do governo espanhol e a tolerância da Aliança Inglesa, que reiteradamente as considerou uma questão bilateral entre os países ibéricos. A primeira em 1911 e a segunda em 1912.



*A Aliança entre Portugal e a Inglaterra*

No plano colonial, a situação internacional da República não era mais fácil. Pequena potência, mas com um vasto império colonial, também nesse plano a vulnerabilidade portuguesa, em África, era grande. Por razões de ordem económica, política e estratégica, ou mesmo como moeda de troca à mesa das negociações diplomáticas, as colónias portuguesas constituíram objeto de interesse das grandes potências. Por duas vezes, primeiro em 1898 e depois 1912/1913, a Inglaterra e a Alemanha concluíram acordos secretos sobre a

partilha das colónias portuguesas. Pela divergência de interesses políticos entre as partes, pela ação diplomática de terceiros ou, finalmente, pelo desencadear da própria guerra em 1914, esses acordos anglo-germânicos nunca chegaram a concretizar-se. Mas a ameaça fora real e estivera iminente. O seu espectro nunca se dissipou e havia, por isso, em Portugal, consciência plena do risco que corria a soberania e a integridade dos territórios coloniais portugueses em África, em particular no sul de Angola e no norte de Moçambique.

Se era difícil a situação internacional da República, não era menos fácil a situação no plano interno. No que toca à estabilidade governativa como no que toca à legitimidade política do regime. Desde a implantação da



*Soldados de Cavalaria embarcando em Alcântara*



República em 1910, o país vivia um regime político marcado pela instabilidade democrática. Entre 1910 e 1914, a estabilidade média dos Governos era da ordem do ano e meio. E nos anos da guerra e, precisamente, por causa da guerra, entre 1914 e 1916, a média da estabilidade governativa centra-se na ordem dos seis meses. À questão da instabilidade acrescia a questão da legitimidade. A República tinha sido instaurada pela revolução. Tinha legitimidade revolucionária, mas não tinha conquistado plena legitimidade nacional. Nem todos se reviam no regime e a radicalização progressiva da República empurrou para as suas margens, à esquerda e à direita, largas

franjas da sociedade portuguesa. Monárquicos e católicos, à direita, socialistas e anarco-sindicalistas à esquerda. Excluídos da participação política legal, muito destes sectores lançaram-se na participação política ilegal, o que em conjunto com a sua repressão, contribuiu para os elevados níveis de violência política.



O Partido Evolucionista de António José de Almeida e o Partido Republicano formavam a União Sagrada



António José de Almeida e Afonso Costa os chefes dos partidos da União Sagrada

Nada disto, como é óbvio, legitimava o regime ou consolidava a República.

Ora, é neste contexto, de extrema fragilidade, que o governo republicano decide a intervenção de Portugal na Grande Guerra. Fragilidade política do regime, no plano interno e fragilidade internacional do país, no plano externo: ameaçado pela Alemanha, nas colónias; ameaçado pela Espanha, na Península; e consciente da transigência de Inglaterra, sua fiel aliada e garante da sua soberania, em relação à Alemanha e em relação à Espanha.

A decisão da intervenção de Portugal na guerra europeia faz-se, pois, segundo uma estratégia intervencionista e com o objectivo preciso de ultrapassar essas vulnerabilidades. Ou seja, o governo do partido democrático seguiu uma estratégia diplomática deliberada de forçar a entrada em guerra, que, aproveitando a oportunidade de uma conjuntura internacional favorável, obrigou a Inglaterra, contra a sua própria vontade a aceitar a beligerância diplomática e a participação militar de Portugal na guerra europeia. Com objectivos internacionais e domésticos bem definidos.

Como é que tal acontece? Em 1915 tinha começado a guerra submarina que afectara, pesadamente, a frota britânica. Consequentemente, a Inglaterra começou a sofrer uma enorme carência de tonelagem para a condução da guerra no mar, quer no plano logístico,

nidade que a conjuntura estratégica da guerra lhe oferecia. Diz que «sim, mas...», isto é: Portugal requisitaria os navios, mas sob a condição de que tal se fizesse ao abrigo da Aliança Inglesa, com tudo o que isso significava.

Pensava com isso afastar as vulnerabilidades do país e de caminho conquistar os seus objectivos. Ao entrar em guerra, ao lado dos Aliados e ao abrigo da Aliança inglesa, Portugal conseguiria, de um só golpe, todos os seus objectivos internacionais: reforçar a aliança luso-britânica, neutralizar as pretensões alemãs e espanholas e afastar as vulnerabilidades, tanto no plano colonial como no plano europeu.

No plano colonial, não só garantia a integridade do Império, sob a protecção inglesa, mas lograva, ao mesmo tempo, comprometer a possibilidade de a Inglaterra vir jogar a sorte

das colónias portuguesas na mesa futura das negociações de paz.

No plano europeu, diversificava, diplomaticamente, a posição estratégica de um Portugal beligerante, por oposição a uma Espanha neutra. E julgava, com isso, poder conquistar o tão almejado o reconhecimento no “concerto das nações”.

No plano interno, o republicanismo radical não deixaria de lograr, também, os seus objectivos. Ao entrar em guerra no teatro central onde

se decidia a guerra, ao lado dos Aliados e ao abrigo da Aliança Inglesa, constituiria um grande desígnio nacional em torno do qual esperava poder unir a República dividida. Isto é, mobilizar a sociedade portuguesa nesse desígnio patriótico e, dessa forma, lograr o compromisso de todos os republicanos e a neutraliza-



O Jornal A LUCTA de Brito Camacho onde num editorial se defendia em 1914 a nossa entrada na Grande Guerra para nos protegermos de uma invasão espanhola

quer no plano operacional. Ora, é essa carência estratégica que determina a solicitação do governo inglês ao governo português para que requisite os navios alemães surtos em portos portugueses.

A estratégia intervencionista do governo português aproveitou, de imediato, a oportu-





As tropas portuguesas em França recebem a visita de Bernardino Machado, Presidente da República de Portugal

ção das oposições extraparlamentares. Mais, os feitos dos militares portugueses na grande guerra haveriam de se inscrever, naturalmente, na galeria da gesta heroica de



Sidónio Pais leva a efeito um golpe de estado em 5 de Dezembro de 1917

Portugal, conferindo à República a legitimidade retrospectiva, que ainda lhe faltava. Era o caminho que julgava possível para a união dos portugueses e, como corolário, para a consolidação política do regime e a legitimação simbólica da República. Tudo isso, bem entendido, sob a liderança do Partido Democrático. Era esse, no fundo, o signifi-

cado político da “União Sagrada” que depois da declaração de guerra, em 9 de Março de 1916, deveria conduzir o país à beligerância diplomática, e à intervenção militar no teatro europeu. As primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português chegaram ao teatro da Flandres em Janeiro de 1917.

A História, como se sabe, seria diferente. A União Sagrada não foi sagrada nem conseguiu unir mais que o Partido Evolucionista de António José de Almeida e o Partido Democrático de Afonso Costa. Meses depois, a 5 de Dezembro de 1917, o golpe de Sidónio Pais não só dissolveu o parlamento, depôs o governo e destituiu o Presidente, como veio infletir a política de Guerra.



Porque vamos para a guerra?



Significa isto que a estratégia intervencionista do republicanismo radical não era correta e não assegurava os objetivos nacionais? Não, pelo contrário. A ter tido sucesso seria a que melhor poderia garantir esses objetivos: a integridade do Império, o lugar no concerto das nações e a consolidação da República.

A questão é que essa estratégia de beligerância ativa e intervenção militar no teatro europeu, sendo voluntarista era, também, a mais difícil e a mais arriscada. A que exigia maiores meios e mais condições. E foi aí, na avaliação realista da situação, no balanço entre os objetivos e os meios que a estratégia intervencionista foi traída pelo seu próprio voluntarismo e nunca conseguiu reunir as condições necessárias. E não se tratava, apenas, dos meios militares ou dos recursos económico-financeiros. Tratava-se, sobretudo, do consenso político.

Na sociedade como nas forças políticas era consensual a intervenção militar em África. Pelo contrário, o consenso nunca existiu sobre a participação militar na frente europeia.

Antes abriu clivagens profundas na sociedade portuguesa: primeiro, no seio do regime republicano, entre os partidos moderados, não intervencionistas e o partido mais radical do republicanismo, paladino do intervencionismo; depois, fora do sistema político, à direita do regime republicano, com os monárquicos divididos entre aliadófilos e germanófilos; e à esquerda, com o movimento operário e sindical e o movimento socialista e anarquista, dividido entre guerristas e pacifistas.

A estas clivagens que atravessam a sociedade, acresciam ainda as clivagens no interior do próprio sistema político. O que fez com que, durante os anos da guerra, a República tivesse conhecido múltiplos governos. Todos eles com posições diferentes perante a Guerra. E mais do que isso, os governos caíam por causa da guerra e chegavam ao poder para mudar a política de guerra. Todos com diferentes objetivos e todos com diferentes estratégias. E essa foi a questão crucial: Portugal não conseguiu uma estratégia nacional.



*Congresso da União Republicana em 1918 no S. Carlos*



